

LUIS DA CUNHA TEIXEIRA Presidente	CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR
ANDRÉ TEIXEIRA DIAS	ODILON INÁCIO TEIXEIRA
JULIVAL SILVA ROCHA	MILENE DIAS DA CUNHA

Protocolo 922839

## MINISTÉRIO PÚBLICO

### MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

#### AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO**, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados o resultado da sessão de Habilitação, referente à Carta Convite nº. 001/2016, que tem como objeto a contratação de empresa(s) para execução de obra de reforma e adaptação do prédio das Promotorias de Justiça de Capanema:

Conforme análise realizada pelo apoio contábil, nenhuma das empresas participantes deste certame comprovou sua condição de Microempresa/Empresa de Pequeno Porte, uma vez não terem atendido de forma integral ao item 6 do Edital. Considerando-se que o Convite nº 001/2016-MP/PA é de participação exclusiva para ME/EPP, a Comissão Permanente de Licitação decidiu por unanimidade declarar esta licitação FRACASSADA, diante da impossibilidade de participação das empresas neste Certame conforme as exigências previstas no instrumento convocatório. Informamos que fica aberto o prazo para recurso, conforme Art.109, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

Belém, 01 de fevereiro de 2016.

a) Presidente

Protocolo 922737

#### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA PORTARIA N.º 013/2016-MP/3ª PJDIAT/BELÉM-PA

A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DO 3º CARGO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DOS IDOSOS, E DE ACIDENTES DE TRABALHO DE BELÉM, Dra. Elaine Carvalho Castelo Branco, torna pública a PORTARIA N.º 013/2016-MP/3ªPJDIAT/BELÉM-PA, que instaurou Procedimento Administrativo, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público Estadual, na Rua Ângelo Custódio, n.º 36, Anexo I, Bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém-PA. Portaria de Instauração n.º 013/2016

Data da Instauração: 19/1/2016

Objeto: Acompanhar a política pública de atendimento preventivo na área de saúde mental, especialmente no que diz respeito às providências a serem adotadas no CAPS Álcool e Drogas.

Promotora de Justiça: Dra. Elaine Carvalho Castelo Branco

Protocolo 922487

#### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA PORTARIA N.º 014/2016-MP/3ª PJDIAT/BELÉM-PA

A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DO 3º CARGO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DOS IDOSOS, E DE ACIDENTES DE TRABALHO DE BELÉM, Dra. Elaine Carvalho Castelo Branco, torna pública a PORTARIA N.º 014/2016-MP/3ªPJDIAT/BELÉM-PA, que instaurou Procedimento Administrativo, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público Estadual, na Rua Ângelo Custódio, n.º 36, Anexo I, Bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém-PA. Portaria de Instauração n.º 014/2016

Data da Instauração: 19/1/2016

Objeto: Acompanhar a política pública de atendimento preventivo na área de saúde mental, especialmente no que diz respeito às providências a serem adotadas no CAPS Renascer.

Promotora de Justiça: Dra. Elaine Carvalho Castelo Branco

Protocolo 922488

#### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA PORTARIA N.º 015/2016-MP/3ª PJDIAT/BELÉM-PA

A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DO 3º CARGO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DOS IDOSOS, E DE ACIDENTES DE TRABALHO DE BELÉM, Dra. Elaine Carvalho Castelo Branco, torna pública a PORTARIA N.º 015/2016-MP/3ªPJDIAT/BELÉM-PA, que instaurou Procedimento Administrativo, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público Estadual, na Rua Ângelo Custódio, n.º 36, Anexo I, Bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém-PA.

Portaria de Instauração n.º 015/2016

Data da Instauração: 19/1/2016

Objeto: Acompanhar a política pública de atendimento preventivo na área de saúde mental, especialmente no que diz respeito às providências a serem adotadas no CAPS Grão Pará.

Promotora de Justiça: Dra. Elaine Carvalho Castelo Branco

Protocolo 922489

#### PORTARIA Nº 24/2016-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, MIGUEL RIBEIRO BAÍA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 7874/2014-MP/PJG, de 9 de dezembro de 2014, CONSIDERANDO a necessidade de se adotar critérios visando realizar uma fiscalização mais efetiva no que se refere à execução dos contratos de prestação de serviços firmados pelo Ministério Público;

RESOLUÇÃO:

I - DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para acompanharem e fiscalizarem os devidos instrumentos, conforme quadro:

INSTRUMENTO: CONTRATO

Ano	Nº	UNIDADE	CONTRATADO	Fim	FISCAL
2016	002	DRH/INFORMATICA	IMPrensa OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ - IOEPA	20/01/2016	Ricardo de Araújo Moura (titular); Adriano Silva de Arruda (suplente)
2015	062	DOM	CENTRAO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	14/05/2016	Sandro George Palheta Barbosa (titular); Murillo Paiva da Conceição (suplente).
2015	063	DOM	BRÁSIDAS EIRELI - ME	14/05/2016	Sandro George Palheta Barbosa (titular); Murillo Paiva da Conceição (suplente).
2015	064	INFORMATICA	AÇÃO INFORMATICA BRASIL LTDA	14/12/2016	André de Almeida Fernandez da Silva (titular); Anderson Santos de Souza (suplente)
2015	065	DOM/ENGENHARIA	R GONCALVES COMÉRCIO LTDA - ME	17/12/2016	Marcelo Antônio Silva Martins (titular); Floriano Kenji Yokoyama (suplente)
2015	066	DOM	TECNOGERA LOCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE ENERGIA S/A (TECNOGERA GERADORES)	13/06/2016	Floriano Kenji Yokoyama (titular); Marcelo Antônio Silva Martins (suplente)
2010	086	DOM	MD CONSTRUTORA LTDA	23/04/2016	Renato Albuquerque Chaves; Floriano Kenji Yokoyama; Marcelo Antônio Silva Martins

INSTRUMENTO: ARP

Ano	Nº	UNIDADE	CONTRATADO	Fim	FISCAL
2016	001	PATRIMÔNIO	METALÚRGICA DJ PRINCESA DOS CAMPOS LTDA - EPP	19/01/2017	Junivaldo da Silva Nonato
2016	003	SERVIÇOS GERAIS	ISRAEL VILLAS GONZAGA - ME	20/01/2017	Sérgio Ricardo Régio de Oliveira (titular); Célia Maria de Moura Brito (suplente).
2016	004	TRANSPORTE	ARRAIS E CIA LTDA	19/01/2017	Paulo André Seawright Coelho (titular); Roberto Xavier de Souza Ferreira (suplente)
2016	005	TRANSPORTE	MARAJÓ LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	19/01/2017	Paulo André Seawright Coelho (titular); Roberto Xavier de Souza Ferreira (suplente)
2015	020	CERIMONIAL	ROYAL ORGANIZAÇÕES LTDA - ME	25/03/2016	Thalita Marrom Donza (titular); Lúcia de Fátima da Silva Queiroz (suplente)
2015	047	PATRIMÔNIO	COMPEX TECNOLOGIA LTDA	20/12/2016	Mauro Cesar Carvalho de Carvalho (titular); Antonio Cruz Neves (suplente)

Ano	Nº	UNIDADE	CONTRATADO	Fim	FISCAL
2015	048	PATRIMÔNIO	MSIO COMERCIO E SERVIÇO DE INFORMATICA LTDA - EPP	20/12/2016	Mauro Cesar Carvalho de Carvalho (titular); Antonio Cruz Neves (suplente)
2015	049	PATRIMÔNIO	STARFLEX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	20/12/2016	Junivaldo da Silva Nonato (titular); Váler André Valois Cavalcante (suplente)
2015	050	PATRIMÔNIO	J. E. DE OLIVEIRA RODRIGUES - ME	20/12/2016	Junivaldo da Silva Nonato (titular); Váler André Valois Cavalcante (suplente)

#### PORTARIA Nº 24/2016-MP/SGJ-TA INSTRUMENTO: TERMO DE COOPERAÇÃO

Nº	ANO	Unidade	CONVENIENTE	Fim	FISCAL
001	2016	DRH	Faculdade dos Carajás LTDA	20/01/2018	Bárbara Veiga Ferreira (titular); Ana Beatriz Pedroso Botelho Picanço (suplente)

II - Caberá aos servidores designados neste ato, a obrigação de anotar em registro todas as ocorrências relacionadas com a execução dos instrumentos supramencionados, devendo sugerir diretamente à Subprocuradoria-Geral de Justiça o que for necessário à manutenção da qualidade dos serviços contratados.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.  
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 29 de janeiro de 2016.

MIGUEL RIBEIRO BAÍA

Subprocurador-Geral de Justiça,

Área técnico-administrativa

Protocolo 922844

#### PORTARIA Nº 439/2016-MP/PJG

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

RESOLUÇÃO:

DESIGNAR o Promotor de Justiça CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer a função de Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Constitucionais e Interesses Difusos e Coletivos do Ministério Público, a partir de 19/2/2016, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 1º de fevereiro de 2016.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 922851

#### AVISO Nº. 006/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, considerando a homologação do resultado final divulgado no EDITAL Nº 19/2013-MP/PA, de 8/7/2013, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de 9/7/2013 e o EDITAL Nº 18/2013-MP/PA, de 20/6/2013, publicado no DOE de 21/6/2013, que tornou público o resultado final do concurso, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso de Ingresso para Cargos Efetivos de Nível Superior do Ministério Público do Estado do Pará, relacionados no anexo I deste Aviso, para apresentarem obrigatoriamente a documentação constante do Anexo II deste aviso, no Departamento de Recursos Humanos, localizado no Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará, na Rua João Diogo, nº 100 (em frente à Praça Felipe Patroni), no horário de 14h às 17h, sob pena de ser considerado desistente, conforme o disposto no item 15.5 do EDITAL Nº 001/2012-MP/PA, de 21/7/2012.

Belém, 28 de janeiro de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Procurador-Geral de Justiça, em exercício

#### ANEXO I

CARGO: TECNICO - ANALISTA DE SISTEMA - SUPORTE A REDE DE COMPUTADORES - REGIAO ADM BELEM I  
004962, SIDNEY MASA HARU MATSUNAGA, 64.00, 14

#### ANEXO II

Apenas os candidatos classificados e aprovados, relacionados no Anexo I deste Aviso, deverão comparecer para a entrega dos documentos abaixo relacionados no Ministério Público do Estado do Pará (Departamento de Recursos Humanos), na Rua João Diogo, 100-Cidade Velha -Belém/PA CEP: 66015-165 ou enviá-los via Correios-Sedex. Caso a forma de envio seja por meio dos Correios-Sedex, os documentos, que sejam cópias, deverão ser autenticados.

#### DOCUMENTOS OBRIGATORIOS EXIGIDOS

##### NO ITEM 15.6 DO EDITAL Nº 001/2012-MP:

01. Folhas corridas da justiça comum (federal e estadual) e da justiça militar (federal e estadual), expedidas por órgãos com jurisdição no(s) local (ais) de residência do candidato, nos últimos 5 (cinco) anos. As certidões (originais) deverão abranger ações penais;